

Declaração Política | Recuperação da atividade do Serviço Regional de Saúde e a valorização dos profissionais de saúde | António Lima

A pandemia pelos seus efeitos imediatos na saúde das pessoas, mas também pelas suas nefastas e imediatas consequências na economia, afetou profundamente a vida de todas e todos nós.

A pandemia tem sido por isso o centro das atenções dos poderes públicos. Não estando esta batalha ainda ganha, vislumbra-se no horizonte a saída deste inferno sanitário.

A vacinação permite-nos antever esse horizonte de esperança e paralelamente projetar o futuro com mais confiança. Apesar desta esperança, é preciso fazer muito para revigorar a economia, o emprego e, conseqüentemente, para trazer alguma normalidade à vida das pessoas.

O legado desta pandemia é sério em todas as áreas das nossas vidas, em particular sobre os mais vulneráveis, por exemplo, no que diz respeito ao emprego ou na área onde vou centrar a minha intervenção, na saúde.

A resposta dos cuidados de saúde na Região, como sabemos, já não era muito saudável antes da pandemia. A prová-lo estavam as infundáveis listas de espera para consulta e cirurgias que os dados mostravam estar em crescimento.

A concentração de esforços no combate à pandemia, obrigou a que os doentes não Covid fossem preteridos ou que, por medo, não comparecessem aos atos médicos agendados.

Necessariamente todas as listas de espera aumentaram, o que quer dizer que mais pessoas sofrem. Numa primeira abordagem urge perguntar: qual a real dimensão da situação atual e quais as respostas necessárias?

Só esta semana soubemos quantos açorianos e açorianas estavam em listas de espera em 2020 porque o Bloco denunciou a falta dos relatórios. São mais de 13 mil cirurgias e mais de 10 mil pessoas. Um aumento de mais de 10% face a 2010.

Desconhece-se ainda o que fará o governo para combater as listas de espera. Quero enfatizar que atrás de cada número está uma pessoa em sofrimento.

O Governo tem de ter, no mínimo, a mesma exigência que tinha o maior partido que o suporta no passado recente, quando era oposição.

Todos nos lembramos da exigência do PSD: queria saber qual a situação e qual o plano de combate às listas de espera.

Hoje em função da verdade e dos mesmos princípios cabe ao governo ser claro na resposta, não só sobre a situação das listas de espera, mas fundamentalmente sobre o que fará para as combater.

Estranhamente nem o PSD, nem o governo assumem hoje perante os doentes qualquer solução.

Nesta área, e noutras, ouvimos muitas proclamações mas capacidade de resposta não se vislumbra.

Já vimos que o governo regional, não tem o plano que tanto reivindicou para atacar as listas de espera, mas também sabemos que nos últimos meses o Serviço Regional de Saúde perdeu 50 enfermeiros e que mais de 40 médicos saíram ou acumulam a atividade no HDES com o recém-inaugurado hospital privado em São Miguel.

Vários deles são ou eram diretores de serviço, desconhecendo-se se mantêm esse cargo dirigente em acumulação com um hospital que terá atividade convencionada com o SRS, o que levanta importantes questões éticas.

A presidente da secção regional da ordem dos médicos afirmou que se assiste a uma contratação importante de médicos residentes do HDES para o hospital privado.

Segundo a opinião desta responsável, o Hospital de Ponta Delgada fica impossibilitado de fazer face a muitas necessidades que tem pela simples razão de não poder contar com o trabalho extraordinário destes médicos que partiram para o hospital privado.

Incrivelmente nada disto preocupa o Governo Regional!

O Bloco de Esquerda, nesta altura de urgência, e a bem dos açorianos e açorianas defende que o governo deve deitar mão de todos os instrumentos que tragam aumento de capacidade de resposta para fazer este combate às listas de espera.

Naturalmente entra nesta equação o setor privado e social.

Já foi assumido pelo Presidente do Governo que existirão convenções com o novo hospital privado. Quem sabe atividade cirúrgica. O problema, nesse caso, é que em algumas áreas, como a ortopedia, todos os médicos do hospital privado são do HDES.

Mas que mais valia trará essa convenção se os médicos são exatamente os mesmos?

Naturalmente, com toda a transparência, as convenções a celebrar serão do acesso dos membros desta casa, se os solicitarem. E digo naturalmente porque este governo fez da transparência o seu lema.

Mas se estamos num período extraordinário, que exige medidas extraordinárias, é obrigação de qualquer governo recorrer aos instrumentos legais para garantir capacidade de resposta do SRS.

O Estado de Emergência em vigor prevê que o governo possa impedir a saída de profissionais de saúde do SNS de modo a garantir a capacidade de resposta do SNS.

Como explica então o Governo que, em pleno estado de emergência, tenham saído dezenas de profissionais do SRS como anunciado pela ordem dos enfermeiros?

Porque é que o Governo não regulamentou essa norma e assiste impávido à saída de profissionais quando mais precisamos deles?

Porque é que não transformou contratos precários e estágios em lugares do quadro, como alertou o governo atempadamente a ordem dos enfermeiros?

Mas para além das medidas de emergência exigem-se caminhos para o futuro para defender e reforçar o serviço regional de saúde.

Neste campo duas questões se assumem como centrais: por um lado acabar com a tradicional suborçamentação do sector da saúde que impede o planeamento, aumenta os encargos e impossibilita a boa gestão.

Tudo fica mais caro e serve pior as populações. Sobre esta matéria já ouvimos tudo e o seu contrário deste governo, estabilizando agora na lógica de não se poder acabar com a suborçamentação num ano.

Perante esta prenuncia de caminho, que é em tudo idêntico ao anterior governo do PS, percebe-se que vamos continuar a engordar a dívida do SRS e com isso a prejudicar o acesso aos cuidados de saúde.

Por outro lado, o pilar decisivo em qualquer serviço de saúde são os seus profissionais. Neste quadro a falta de médicos é particularmente grave.

No entanto, as medidas que propõe o governo no orçamento para fixar médicos pouco diferem das existentes, mantendo o seu carácter temporário e limitado, apenas aumentando ligeiramente o valor total do incentivo.

E para os restantes trabalhadores, vai o governo repor as carreiras dignas contando todo o tempo de serviço entre outras justas reivindicações para enfermeiros, técnicos de diagnóstico e terapêutica?

Concorda com a criação de uma carreira digna de auxiliar de saúde para os assistentes operacionais do SRS?

Sem respostas claras a estas questões nada muda nos cuidados de saúde dos açorianos e açorianas, mantendo-se a ilusão da resolução dos problemas e o empurrar com a barriga para a frente que penhora o futuro do SRS.

Horta, 25 de março de 2021
